

Fundamento Legal:

Art. 25 da Lei 8.666/93. Súmula TCU 252. Acórdão nº 1964/2012 - Segunda Câmara - TCU e Parecer Jurídico nº 082/2022 - PROJUR IGEPREV. Unidade Orçamentária: 84201- Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará; Unidade Gestora: 840201 - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará; Programa do PPA 2020/2023: - 1508 - Manutenção da Gestão; Classificação Funcional Programática - 09.128.1508.8887 - Capacitação de Agentes Públicos; Fonte de Recursos: - 0261000000: Recursos Próprios Diretamente Arrecados pela Administração Indireta; Nº da Ação: 260020 - Plano Interno (PI): 4120008887C; Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Razão Social: CENTRO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS JURÍDICOS LTDA, com endereço sito na Rua da Assembléia, nº 85, Centro - CEP: 20.011-001, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.942.180/0001-00, neste ato representado por SILVIA MARIA DE CASTRO MARTINS. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se. Franklin José Neves Contente Ordenador de despesa IGEPREV

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Exercício: 2022
Número da Inexigibilidade: 006/2022
Processo: 2022/786334
Data: 16/09/2022
Ordenador: FRANKLIN JOSÉ NEVES CONTE
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
GIUSSEPP MENDES
Presidente do IGEPREV

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo: 026/2022
Termo de Inexigibilidade nº 006/2022
Processo: 2022/786334
Vigência: 16/09/2022 a 15/03/2024
Exercício: 2022 a 2024
Objeto: O presente Contrato tem por objeto a execução da atividade educacional para a qualificação do trabalho e aprimoramento de 09 (nove) servidores do IGEPREV, através da participação no CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO MBA EM REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/RPPS, com duração de 360 (trezentos e sessenta) horas/aulas, com programação para 10 (dez) meses, podendo ser concluído em até 18 (dezoito) meses, totalmente na modalidade EAD. Servidores participantes: Bárbara Bitar de Lima Moreira, Camila Busarello, Claudia Helena Veiga Figueiredo da Silva, Danilo Aragao de Aragão, Francisco Jadir de Souza Campos Júnior, Letícia Magalhães Rodrigues da Cunha, Louise Brandão Durães, Luísa Porto da Silva de Oliveira e Raul Victor Maia Palha. O valor global deste Contrato Administrativo é de R\$ 66.600,00 (Sessenta e seis mil e seiscentos reais). Contratado: CENTRO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS JURÍDICOS LTDA, com endereço sito na Rua da Assembléia, nº 85, Centro - CEP: 20.011-001, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.942.180/0001-00, neste ato representado por SILVIA MARIA DE CASTRO MARTINS. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se. ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA Presidente do Igeprev

Protocolo: 854959**EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO**

Contrato Administrativo: 020/2020
Ata de Registro de Preço nº 019/2019 - SUSIPE
Processo: 2020/683099
Vigência: 17/09/2022 a 16/09/2023
Exercício: 2022 e 2023
Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato administrativo de prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, visando execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais, elétricas, hidráulicas, serralheria, bombas-d' água, geradores, 2 subestações, telefonia, lógica, pintura e cobertura, com o fornecimento de materiais - lote 04 e 06, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sem alteração de valor.
• Unidade Orçamentária: 84201 - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará;
• Unidade Gestora: 840201 - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará;
• Programa do PPA 2020/2023: 1508 - Governança Pública;
• Classificação Funcional Programática: 09.451.1508-7552 - Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais;
• Fonte de Recurso: 0261000000 - Recursos Próprios Diretamente Arrecados pela Administração Indireta;
• Natureza de Despesa: 449039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
Contratado: MDS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Trav. Magno de Araújo, 381 - Bairro: Telégrafo sem fio, CEP: 66.113-055, cidade de Belém-Pará inscrita no CNPJ/MF nº 02.040.696/0001-05, neste ato representado por MAKRAM DOURAID SAID. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se. ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA Presidente do IGEPREV

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato Administrativo: 021/2020
Termo de inexigibilidade: Nº 07/2020
Processo: 2020/490245
Vigência: 22/09/2022 a 21/09/2023
Exercício: 2022 e 2023
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato Administrativo nº 021/2020 pelo período de 12 (doze) meses, com licença de acesso a novos produtos da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico e garantia de acesso aos produtos contratados anteriormente, com decréscimo contratual de 0,27%.
Dotação Orçamentária:
• Unidade Orçamentária: - 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará;
• Unidade Gestora: - 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará;
• Programa do PPA 2020/2023: - 1297 - Manutenção da Gestão;
• Classificação Funcional Programática - 09.122.1297-8338: Operacionalização de Ações Administrativas;
• Fonte de Recursos: - 0261000000: Recursos Próprios Diretamente Arrecados pela Administração Indireta;
• Nº da Ação: 232371 - Plano Interno (PI): 4120008338C;
• Natureza de Despesa: - 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Contratado: EDITORA FÓRUM LTDA, com sede na Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 Bairro Jardim Atlântico - Belo Horizonte - MG, CEP 31710-430, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.769.803/0001-92, neste ato representado por MARIA AMÉLIA CORREA DE MELO. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se. ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA Presidente do IGEPREV

Protocolo: 854961**SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA****PORTARIA****PORTARIAS DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPVA CAIF/DTR
PORTARIA Nº 2022330002841, de 15 de setembro de 2022**

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: IZALTINO SAMPAIO DA SILVA.
CPF: 266.428.402-91.
MARCA/MODELO: HYUNDAI/CRETA 16A ATTITU.
CHASSI: 9BHGA811BLP159433.

PORTARIA Nº 2022330002839, de 15 de setembro de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: KEULE CIANE BATISTA SILVA.
CPF: 425.659.952-53.
MARCA/MODELO: HONDA/CITY PERSONAL.
CHASSI: 93HGM6630KZ103438.

PORTARIA Nº 2022330002840, de 15 de setembro de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: OLIVALDO BORRALHO MIRANDA.
CPF: 190.401.562-04.
MARCA/MODELO: RENAULT/DUSTER 20 D 4X2A.
CHASSI: 93YHSR3JAHJ584409.

PORTARIA Nº 2022330002842, de 16 de setembro de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: AFONSO VITOR FERNANDES CARDOSO.
CPF: 375.450.602-10.
MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS SA XL15LIVE.
CHASSI: 9BRBC9F36L8082787.

PORTARIA Nº 2022330002845, de 16 de setembro de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: CARLOS DAMASCENO.
CPF: 094.241.212-53.
MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS SA XL15LIVE.
CHASSI: 9BRBC9F33M8114810.

PORTARIA Nº 2022330002846, de 16 de setembro de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.